

FH: crise não prejudicará projetos sociais

'Apesar dos problemas que temos enfrentado, eu lhes garanto: esse trabalho não será interrompido', diz presidente

Ana Paula Macedo, Cristiane Jungblut e Diana Fernandes

• BRASÍLIA. O presidente Fernando Henrique disse ontem, em cadeia nacional de rádio e TV, que a crise econômica, agravada pelos atentados terroristas nos Estados Unidos, não vai prejudicar os programas sociais do governo.

— Apesar dos problemas que temos enfrentado, apesar da crise mundial, eu lhes garanto: esse trabalho não será interrompido. Vamos continuar fazendo um país melhor e mais justo. E mais resistente às crises — disse.

Na mensagem, o presidente afirmou que o país está mudando em "bases fortes e seguras" e se tornando menos vulnerável às crises.

O pronunciamento do presidente foi feito para marcar o anúncio do programa Bolsa-Alimentação, lançado na segunda-feira em Alagoas. Foi também mais um sinal de prestígio do ministro da Saúde, José Serra, responsável pelo programa e um dos nomes mais cotados no PSDB para a disputa da sucessão presidencial. Em Alagoas, o presidente afirmou que Serra "é o maior ministro da Saúde que a República já teve".

Ontem, Fernando Henrique enfatizou que o Bolsa-Alimentação é mais que uma ação assistencial do governo, porque o programa se dedicará a transmitir noções de nutrição.

— O ministro José Serra já está cuidando disso — disse o presidente.

Ele ressaltou o caráter moralizador do programa que, como o Bolsa-Escola, repassa a ajuda aos beneficiários sem burocracia e intermediários.

— O que durante anos foi usado como moeda de troca para promover interesses políticos, agora, torna-se direito do cidadão. É assim que se combate, sem demagogia, a corrupção — afirmou Fernando Henrique.

Investimentos para a área social têm sido retidos

A três meses do fim do ano, porém, os dois principais ministérios da área social, Saúde e Educação, só conseguiram aplicar 5% dos recursos destinados a novos investimentos autorizados no Orçamento de 2001. Com R\$ 1,01 bilhão, o Ministério da Educação gastou até agora R\$ 52,8 milhões. O da Saúde tem R\$ 2,9 bilhões, mas foram comprometidos até agora R\$ 154,7 milhões.

No Desenvolvimento Agrário, a destinação de recursos para novos programas também é baixa: dos R\$ 382 milhões autorizados, foram utilizados R\$ 11 milhões. Entre todos, o maior índice de execução é o da Defesa, que ganhou R\$ 1,9 bilhão e usou R\$ 337 milhões (17,7%). Transportes fica em segundo lugar, tendo gasto R\$ 702 milhões, ou 16,9%, dos R\$ 4,1 bilhões autorizados (o setor gasta mais em projetos novos do que em manutenção).

Os números, fornecidos pela Comissão de Orçamento do Congresso, foram retirados do Siaf (Sistema Integrado de Administração Financeira) e referem-se aos pagamentos feitos até 6 de setembro. Os recur-



O PRESIDENTE Fernando Henrique em pronunciamento em cadeia de rádio e TV: "Vamos continuar fazendo um país melhor e mais justo"

Roberto Stuckert Filho/13-09-01



MARTUS: pequeno aproveitamento das autorizações de investimento feitas pelo Orçamento para este ano

sos orçamentários destinados à manutenção da máquina administrativa e à execução dos programas já existentes têm sido liberados pela área econômica no cronograma.

— Todo ano é assim. O governo gasta pouco em investimentos novos para garantir o pagamento da dívida e o cumprimento das metas do FMI — diz o líder do PT na Câmara, Walter Pinheiro (BA).

— É a necessidade de fazer superávit que leva a essa baixa execução. O governo faz gastos seletivos, atendendo apenas a aqueles projetos que não podem mais ser adiados — afirma o deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG), concordando com Walter.

Governo põe a culpa em problemas burocráticos

As justificativas do governo

são técnicas. A equipe econômica e os ministérios alegam que todo ano só é possível gastar mais com investimento a partir de outubro. E que questões burocráticas, como não-prestação de contas, dívidas com FGTS e INSS e pendências judiciais, impedem a execução de convênios com estados e municípios.

— Não há falta de dinheiro. O que há são restrições buro-

cráticas, técnicas e legais para o pagamento do que está no Orçamento — afirma o secretário de Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, José Silveira.

O secretário-executivo do Ministério da Saúde, Barjas Negri, garante que aquilo que já estiver empenhado (comprometido) será liberado. Dos R\$ 2,9 bilhões autorizados para investimento, R\$ 310 milhões já estão empenhados e R\$ 153 milhões pagos.

— O problema é que existe grande dificuldade para elaboração de projetos de investimento. Muitas vezes um projeto leva oito meses para ser aprovado — afirma.

Volume de investimentos fica para o fim do ano

O secretário-executivo do Ministério da Educação, Luciano Patrício, é otimista quanto à execução dos investimentos. Do total de R\$ 1 bilhão, R\$ 250 milhões são executados pelas universidades e outras unidades de ensino.

— Até o fim do ano vamos pagar pelo menos R\$ 600 milhões. Todo ano é assim, o volume maior de investimentos fica concentrado nos últimos meses do ano — afirma.

Na verdade, o governo deverá repetir este ano o que fez nos anteriores: deixar para o exercício seguinte a liberação de recursos já empenhados. São os chamados restos a pagar. As emendas de parlamentares ao Orçamento deste ano, por exemplo, nem começaram a ser liberadas. A maior parte deve ficar para 2002. ■

COLABOROU Ilmar Franco